

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.032 - PE (2019/0240461-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : JOAO PEDRO NOGUEIRA DE FARIAS MOURA
AGRAVANTE : JOSÉ VIRGÍLIO DE OLIVEIRA MOURA
ADVOGADO : Marcus Antonio Pascaretta Gallo - PE031213D
AGRAVADO : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357
THIAGO PESSOA ROCHA - PE029650
MARCELLA MOHANA HENRIQUE FREITAS CAZER - PE038250
PAULA HAECKEL TIMES DE CARVALHO ALMEIDA GOMES -
PE038343

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fls. 199/200, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA. DEPENDENTE QUÍMICO. CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A COPARTICIPAÇÃO A PARTIR DO 31º DIA DE INTERNAÇÃO. REDAÇÃO CLARA E EM DESTAQUE. LEGALIDADE. DANOS MORAIS INEXISTENTES. INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. AUTOR QUE DEVERÁ ARCAR COM AS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. COBRANÇA DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS SUSPensa. RECURSO IMPROVIDO.

1.O art. 21, II, a, b, da RN nº 388/2013, da ANS - vigente à época do tratamento do segurado - autoriza a coparticipação dos segurados nos custos de internação psiquiátrica, após o 30º dia e desde que limitada a 50% do valor contratado.

2. Havendo previsão contratual clara e em destaque quanto a coparticipação do beneficiário nas internações para tratamento psiquiátrico, com o termo inicial e o percentual de coparticipação em conformidade com as imposições legais e regulamentares, não há que se falar em abusividade na conduta da operadora de plano de saúde.

3.Nãorestando evidenciada a prática de ato ilícito por parte da seguradora não restam evidenciados os danos morais alegados pelo

segurado e, por conseguinte, deve ser afastada a condenação da seguradora no pagamento da respectiva indenização.

4. Havendo a inversão do ônus da sucumbência, deverá a parte Apelada arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.

5. Honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, nos termos do art. 85, CPC/15.

6. Sendo a parte sucumbente beneficiária da justiça gratuita, os valores relativos às custas processuais e aos honorários advocatícios deverão ficar suspensos nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.

7. Apelação Cível provida.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 51, IV, § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor e 35-C, da Lei 9.656/98;

Sustenta, em síntese, que é abusiva a cláusula, em contrato de plano de saúde, que limita o tempo de cobertura para internação psiquiátrica, estabelecendo coparticipação após o trigésimo dia de internação.

Pede, ainda, a condenação da recorrida ao pagamento de compensação pelos danos morais suportados.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 264/265, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, consignou ser lícita a cláusula contratual que estabelece a cobrança de coparticipação após o trigésimo dia de internação (fls. 194/196, e-STJ):

Cinge-se o debate do presente recurso em analisar se é abusiva a cláusula contratual que impõe a coparticipação do segurado nas despesas de tratamento psiquiátrico, após o 30º dia de internação.

I) Da cláusula contratual que impõe a coparticipação

Com relação à legalidade da cláusula contratual em testilha, destaco que o art. 21, II, a, b, da Resolução Normativa nº 388/2013, da ANS, autoriza a previsão de cláusula contratual, a qual imponha a coparticipação do segurado nos custos de internação psiquiátrica, após o 30º dia e limitada a 50% do valor contratado.

"Art. 21. O Plano Hospitalar compreende os atendimentos realizados em todas as modalidades de internação hospitalar e os atendimentos caracterizados como de urgência e emergência, conforme Resolução específica vigente, não incluindo atendimentos ambulatoriais para fins de diagnóstico, terapia ou recuperação, ressalvado o disposto no inciso X deste artigo, observadas as seguintes exigências:

I - cobertura, em número ilimitado de dias, de todas as modalidades de internação hospitalar;

II quando houver previsão de mecanismos financeiros de regulação disposto em contrato para internação hospitalar, o referido aplica-se a todas as especialidades médicas, contudo a coparticipação nas hipóteses de internações psiquiátricas somente poderá ser exigida considerando os seguintes termos, que deverão ser previstos em contrato:

a) somente haverá fator moderador quando ultrapassados 30 dias de internação contínuos ou não, nos 12 meses de vigência; e máximo de 50% do valor contratado."

b) a coparticipação poderá ser crescente ou não, estando limitada ao máximo de 50% do valor contratado".

Diante disso, considerando que as cláusulas contratuais em testilha (cláusulas nº 2.1.3.1, 2.1.3.2 e 2.1.3.2.1- ID nº 2142332, fl.04) foram redigidas de maneira clara e em destaque, não vislumbro abusividade nestas. Vejamos a redação das cláusulas:

"2.1.3 Psiquiatria

2.1.3.1. A cobertura hospitalar psiquiátrica descrita nas alíneas "a" e "b" adiante deverá ser considerada por ano de vigência do seguro, contado da inclusão do Segurado na apólice, de forma não cumulativa:

(...)

b) 30 (trinta) dias de internação em hospital geral, para Segurado portador de transtornos psiquiátricos que apresente quadro de intoxicação ou abstinência provocada por alcoolismo ou outras formas de dependência química, por isso necessitando

de hospitalização.

(...)

2.1.3.2 Haverá coparticipação do Segurado, na forma de percentual sobre o valor das despesas médicas e hospitalares ocorridas a partir do primeiro dia que ultrapassar os prazos definidos nas alíneas "a" e "b" do subitem 2.1.3.1, dentro de um mesmo período anual de vigência do seguro.

2.1.3.2.1 Esse percentual de coparticipação equivalerá ao máximo admitido por norma editada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que estiver em vigência à época da contratação do seguro, e, na ausência deste percentual máximo, a participação será de 50% (cinquenta por cento).

(...)

Ademais, entendo como interessante elucidar que a referida disposição contratual não afronta à Súmula nº 302, do Superior Tribunal de Justiça ou mesmo do Código de Defesa do Consumidor. Pois não importa em limitação do período de internação, já que, mesmo após os 30 dias, a seguradora continuará obrigada a custear parte das despesas.

Por fim, destaco que a ocorrência de intervenção judicial in casu resultaria no rompimento da proporcionalidade de obrigações validamente estabelecidas, após exercício da autonomia da vontade do consumidor que, analisando a relação custo/benefício, optou, dentre as ofertas disponíveis no mercado, pela modalidade contratual que melhor atendia às suas necessidades.

Desta forma, como a coparticipação imposta atende às previsões da Resolução da ANS vigente à época do tratamento do segurado, não entendo como abusiva a sua imposição.

O Tribunal de origem decidiu em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual não se configura abusiva a cláusula expressa que estabelece coparticipação para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias, decorrente de transtornos psiquiátricos, visto que ínsita à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações relacionadas à gestão de custos do contrato de plano de saúde.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados desta Corte:

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SISTEMA DE COPARTICIPAÇÃO. PREVISÃO CONTRATUAL CLARA E EXPRESSA. ABUSIVIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. Demanda em que se pretende o reconhecimento de abusividade de cláusula contratual que estabelece a coparticipação do consumidor após o trigésimo dia de internação.
2. O Tribunal de origem, ao decidir a questão devolvida, declinou de forma expressa todos os fundamentos que lhe serviram de razão de decidir, não havendo omissão nos termos do art. 535 do CPC.
3. A legislação especial admite a configuração de planos de saúde com cláusula de coparticipação, inclusive para todos os procedimentos utilizados (art. 16, VIII, do CDC), desde que contratados de forma clara e expressa.
4. A imposição de interpretação mais favorável ao consumidor, bem como o sistema de proteção contra abusividade não correspondem à proibição genérica de limitações dos direitos contratados.
5. Atendido o direito de informação, mediante a redação de forma clara e expressa da cláusula limitativa, bem como mantido o equilíbrio das prestações e contraprestações, não há que se cogitar de abusividade.
6. A redução dos custos assumidos pelas operadoras de plano de saúde, por meio da formatação de diversos contratos disponibilizados no mercado, resultam em contraprestações igualmente inferiores, devendo prevalecer a autonomia da vontade, mantendo-se o sinalagma contratual e protegendo-se as legítimas expectativas de ambos os contratantes.
7. Recurso especial provido.

(REsp 1511640/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/6/2015, DJe 18/6/2015)

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA DE COPARTICIPAÇÃO. LEI 9.656/98. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO.

1. Ação ajuizada em 11/12/2012. Recurso especial concluso ao gabinete em 28/09/2016. Julgamento: CPC/1973.
2. Cinge-se a controvérsia a definir a legalidade de cláusula, em contrato de assistência médica, que impõe coparticipação do contratante à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas, após o período de 30 (trinta) dias de internação para tratamento psiquiátrico.
3. O recurso especial não ultrapassa o conhecimento pelo fundamento da alínea "c" do art. 105, III da CF/88, uma vez que a recorrente não embasou seus argumentos em dissídio jurisprudencial, tampouco colacionou acórdãos que demonstrassem divergência.
4. A lei especial que regulamenta a prestação dos serviços de saúde autoriza, expressamente, a possibilidade de coparticipação do contratante em despesas médicas específicas, desde que figure de forma clara e expressa a obrigação para o consumidor no contrato.
5. O acórdão recorrido diverge do entendimento deste órgão julgador, no sentido de que "não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias decorrentes de transtornos psiquiátricos, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a gestão dos custos dos contratos de planos de saúde". Precedentes.
6. Afasta-se a condenação de compensação por danos morais quando não caracterizada qualquer infração contratual, como na hipótese.
7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.
(REsp 1635626/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 16/2/2017)

Incide, no ponto, o óbice da Súmula 83/STJ, aplicável ao recurso especial interposto com base em ambas as alíneas (art. 105, III, "a" e "c" da Constituição Federal).

Sendo lícita a cobrança da coparticipação, não há que se falar em compensação por danos morais.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora